

TELECOMUNICAÇÕES

Conflito do 5G volta ao STF

Supremo retoma julgamento sobre a revogação de dispositivo que prevê o compartilhamento de torres a partir de 50 metros

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, hoje, o julgamento sobre o compartilhamento de sinal entre torres de telecomunicações para distâncias inferiores a 50 metros. Em plenário virtual, os ministros examinam a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7708) que defende a revogação do dispositivo legal, criado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que derrubou “a regra dos 50 metros”.

A ação foi proposta pela Associação Brasileira de Infraestrutura para as Telecomunicações (Abrintel). A lei nº 14.173, de 2021, passou a considerar uma distância mínima de 50 metros entre as torres para o compartilhamento de sinal entre as operadoras.

O julgamento teve início em março deste ano. O relator do processo, ministro Flávio Dino, votou a favor do compartilhamento de sinal somente no raio de até 50 metros, previsto desde 2009. Para o magistrado, é fundamental considerar “que o regime de compartilhamento de infraestrutura reduz significativamente o impacto ambiental resultante da necessidade de instalação de estruturas de suporte no solo, como torres, antenas, postes e fios condutores, contribuindo substancialmente para a sustentabilidade ecológica dos serviços”.

O ministro Dias Toffoli acompanhou a decisão de Dino, enquanto isso, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, abriu divergência e foi seguido pelos ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e André Mendonça. O ministro Alexandre de Moraes, por sua vez, pediu vista.

Divulgação



Ação proposta pela Abrintel pede que Corte retorne a regra de 2009, que previa o compartilhamento de sinal para a distância de até 50 metros

Jabutí

Luciano Stutz, presidente da Abrintel, lembrou que a medida provisória do governo Bolsonaro “queria baixar o imposto da conexão de internet por satélite, mas colocaram um jabuti nas vésperas da votação no plenário da Câmara, revogando essa regra de 2009 que nada tinha a ver com aquilo que estava sendo debatido na medida provisória”. Na época, a alteração aconteceu sem

debate, “não teve uma sessão legislativa para discutir a emenda”. Stutz recordou que o voto do ministro Barroso considerou apenas os argumentos técnicos da Conexis Brasil Digital — associação que representa as empresas de telecomunicações.

“É uma falácia dizer que vai acabar o 5G no Brasil com a obrigatoriedade mínima de 50 metros de distância entre torres”, afirmou Stutz. Ele lembrou que o surgimento do 5G em

nada tem a ver com a distância entre as estações. Embora o sinal do 5G alcance uma distância menor e isso exija mais antenas, ele surge em uma época em que as antenas já diminuam de tamanho. “A própria Conexis, que é quem está defendendo a manutenção da distância mínima de 50 metros, no site dela tem várias manifestações dizendo que antenas são menores e não vão precisar estar fixadas em torres”, destacou.

O presidente da Abrintel, que também é engenheiro de telecomunicações com mais de 20 anos de atuação na área, relatou que 80% de todas as antenas de 5G, até hoje, no Brasil, foram colocadas em torres já existentes. Segundo Stutz, a União Interna do Sistema de Telecomunicações (UIT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), alega que o sinal do 5G em 3.5 GHz, que é a frequência do Brasil, pode chegar a até a

1,6 km, três vezes maior que os 500 metros. “Não tem qualquer prejuízo preservar essa distância, você não precisa colocar uma torre nova no Plano piloto só por conta do 5G”, comentou.

O especialista em engenharia de telecomunicações Mário Kenji, professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), informou que a área de cobertura de uma antena celular — que é chamada de célula (macro e small) — na tecnologia 5G macro é, em média, entre 1 km a 5 km, e na tecnologia 5G small é entre 100 e 500 metros em áreas abertas. “A exigência de novas torres será determinada se a cobertura estiver falhando. Se ela estiver, serão necessárias novas antenas”, explicou.

Segundo o engenheiro, as frequências em 6G e 7G já estão em fase de pesquisa, mas ainda não estão sendo comercializadas, “somente depois que criarem dispositivos comerciais, poderemos comparar as frequências com o 5G e verificar se demandam mais torres”.

Com isso, o Conjunto Urbano de Brasília é reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Unesco pode ser afetado. O tombamento da área ocorreu em 1987, e ela só pode ser alterada mediante autorização prévia do Iphan. A contrária, neste caso, é que não há lei distrital que estabeleça uma distância mínima entre torres.

No início do julgamento, 13 entidades municipalistas que representam mais de 1.500 cidades, junto à Abrintel, escreveram uma carta aberta ao STF fazendo o apelo para considerar inconstitucional a distância mínima de 50 metros entre torres de telecomunicações.

Informe Publicitário

Brasília

ANO IV nº 717

Entenda as principais áreas de atuação do profissional de Ciências Contábeis

Conheça mais sobre um dos cinco cursos com mais número de estágios no Brasil pelo CIEE

O curso de Ciências Contábeis lidera os cinco cursos que mais oferecem vagas de estágios no **Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE**, maior ONG de inclusão social e empregabilidade jovem da América Latina. A graduação, possível desde 1945, é oferecida exclusivamente na modalidade de bacharelado, tanto por faculdades públicas quanto privadas, com duração de quatro anos divididos em oito semestres.

É destinada para quem deseja atuar em atividades de registros financeiros, produção de relatórios de contabilidade, e tenha características de um perfil decisivo, detalhista e analítico para estratégias econômicas. O profissional de ciências contábeis tem diversos campos de atuação, entre eles: consultoria, contabilidade, gestão financeira, auditoria, controladoria, perícia contábil, entre outros.

Além disso, os estudantes do curso têm a oportunidade de estagiar em diferentes setores, tais como bancos, empresas privadas, órgãos públicos, instituições financeiras e escritórios de contabilidade. Por ser um curso com ampla demanda de estágio, o aluno tem a chance de se inserir no mundo do trabalho ainda no período de graduação e, assim, abrir um leque maior de possibilidades para a sua trajetória profissional. Para conhecer as vagas do programa de estágio, os universitários devem acessar o site do CIEE.



🔗 <https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/>

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433

(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL

PROTOCOLO DO CERRADO

Poucos frigoríficos aderem

» VANILSON OLIVEIRA

Joédson Alves/Agência Brasil



Lançada em abril de 2024, iniciativa teve adesão de cinco frigoríficos

Um ano após o lançamento do Protocolo do Cerrado, apenas cinco frigoríficos aderiram ao compromisso de compra responsável de gado, deixando mais de dois terços do bioma desprotegido por critérios socioambientais, revela levantamento da organização não-governamental (ONG) Do Pasto ao Prato (dPaP). Embora sejam líderes do setor, essas empresas respondem por 33,6% da área com perda de vegetação vinculada à pecuária e por 38,8% da capacidade produtiva.

Os dados são do relatório “Radiografia da Pecuária do Cerrado”, que analisa a atuação de frigoríficos e redes varejistas e alerta para o impacto ambiental da pecuária sobre um dos biomas mais ameaçados do país. O estudo denuncia que, mesmo com o crescimento da preocupação ambiental no setor produtivo, as ações efetivas para barrar o desmatamento ainda são tímidas. O Protocolo, lançado em abril de 2024, estabeleceu um padrão voluntário de monitoramento de fornecedores, mas sua adoção ainda está longe de atingir escala significativa.

Segundo o levantamento da ONG, somente duas redes de supermercados — Grupo Pão de Açúcar e Carrefour — passaram a adotar os critérios do Protocolo do Cerrado. Considerando a estimativa da Associação Brasileira de Supermercados (Abas), de que o Brasil tem 1.251 empresas supermercadistas, é possível concluir que uma grande fatia do varejo ainda comercializa a proteína bovina sem nenhuma política de rastreamento dos fornecedores.

A pesquisa mostra que de 44% a 52% da carne bovina consumida no Sudeste são de origem do Cerrado. De acordo com o relatório, as redes Assaf Atacadista, Mateus Supermercados, Supermercados BH, Irmãos Muffato e Atacadão Dia a Dia são citadas como expostas ao risco de comercializar carne associada a cerca de 83 mil hectares de

desmatamento no Cerrado. De acordo com a dPaP, essas empresas compram carne de áreas com alta incidência de conversão de vegetação nativa em pasto e não exigem comprovação de auditoria socioambiental ou monitoramento de seus fornecedores.

Dari Santos, coordenadora de impacto do Do Pasto ao Prato, disse que algumas redes varejistas utilizam estratégias de compra segregada, exigindo dos frigoríficos carne proveniente apenas de propriedades que seguem os critérios do Protocolo. Contudo, a ausência de transparência impede que essas ações sejam verificadas externamente. “Sabemos que a pecuária é um grande vetor de desmatamento no Brasil, é uma cadeia extremamente complexa de se rastrear, porque a gente não está falando somente dos fornecedores diretos, das fazendas em que o gado sai até chegar nos abatedouros frigoríficos. Até ela chegar a esse último elo que fornece o frigorífico, o gado passou por diversas fazendas, seja de cria, de recria, de engorda, todos esses elos da cadeia de quem a gente considera chamada de fornecedores indiretos, os fornecedores dos fornecedores dos fornecedores”, explicou.

Desmatamento

Além da baixa adesão ao Protocolo, o relatório chama atenção para o crescente desmatamento do Cerrado. O bioma perdeu, em 2023, a maior área de vegetação nativa na última década, com destaque para a conversão de áreas em pastagens. “Apesar de o desmatamento ter diminuído no ano passado, o bioma perdeu, em 2023, a maior área de vegetação nativa dos últimos 10 anos, equivalente ao Distrito Federal, grande parte motivada pela conversão de terras em pastagens”, afirma Dari Santos. “Isso traz impactos diretos sobre a biodiversidade, o estoque de carbono e os recursos hídricos do país”, acrescentou.

O relatório também mostra que o Cerrado é importante para o contexto hidrológico do país e do agronegócio. Abriga oito das doze nascentes das principais bacias hidrográficas brasileiras, mas apenas 7,5% de sua área está protegida por unidades públicas de conservação. Ainda assim, concentra o maior rebanho bovino do país, com mais de 225 frigoríficos em operação e outros 68 nas bordas do bioma.